

FOLHA DE S.PAULO

Painel

Óleo e água

O presidente Lula (PT) tem recebido pressões a favor e contra a exploração do petróleo na foz do Amazonas de dentro do Conselho. No último mês, foram duas manifestações por escrito. A primeira, de oposição, foi enviada em 22 de maio e assinada pelos conselheiros Caio Magri, Marcel Fukuyama, Neca Setubal, André Villas-Boas e Benilda Brito, além de 50 empresários, ativistas e representantes de ONGs. Diz que vê com preocupação a perfuração “sob o pretexto de segurança energética”.

Limites

Em 30 de maio, outro conselheiro, o físico Ennio Candotti, enviou carta a Lula em que sugere regras para explorar o petróleo. A principal seria criar uma zona de exclusão de 200 km a partir da costa, ou em área cuja plataforma continental tem profundidade de até 200 metros. O tema tem dividido o governo.

Não pode

O corregedor nacional de Justiça, Luis Felipe Salomão, revogou sua própria determinação de suspender as redes sociais de Luís Carlos Valois, juiz de Manaus (AM). A primeira decisão foi fundamentada em artigo da Constituição que proíbe que juízes se dediquem “à atividade político-partidária”.

Pode

O magistrado publicava textos com críticas ao impeachment de Dilma Rousseff, à Lava Jato e ao governo Jair Bolsonaro (PL), entre outros. Na reconsideração, Salomão diz que “a incitação a condutas sociais antidemocráticas que extrapolam o exercício de atividade” não ocorreu nesse caso.

Juntos

Os 20 prefeitos da região metropolitana de Campinas (SP) criaram um comitê técnico para o enfrentamento da febre maculosa. O grupo vai debater e propor ações conjuntas e terá a participação da Secretaria de Saúde estadual e da Vigilância Epidemiológica. A doença já matou cinco pessoas na região.

Fim de papo

O TJ-SP determinou o cumprimento de sentença que deu ganho de causa ao vereador Fernando Holiday (Republicanos) contra Ciro Gomes (PDT), extinguindo o processo. Holiday obteve indenização após ter sido chamado de “capitãozinho do mato”.

Grande...

O documento-base do Foro de SP para o encontro que ocorrerá em Brasília no final do mês elogia as ditaduras de Cuba, Venezuela e Nicarágua e diz que a China é um “fator de estabilidade e equilíbrio” na América Latina. O evento ocorrerá no Brasil como forma de prestigiar a eleição de Lula. O PT tem a secretaria-executiva do Foro, que reúne partidos de esquerda do continente.

...timoneiro

O texto condena as “medidas coercitivas e sanções unilaterais contra a Venezuela e a Nicarágua”, aplicadas por EUA e países europeus, mas não faz referência à situação dos direitos humanos nestes locais. Sobre a China, diz que a diplomacia do país asiático “avança no mundo e aumenta a influência para a paz”.

Meio a meio

O prefeito Ricardo Nunes (MDB) acertou-se com o presidente da Câmara de SP, Milton Leite (União), e indicará Ricardo Torres, secretário da Fazenda, para o Tribunal de Contas do Município. O emedebista abriu mão de sua preferida, Marcela Arruda, secretária de Gestão, que seria a primeira conselheira da história do tribunal. Já Leite desistiu de emplacar um de seus filhos, o deputado estadual Milton Leite Filho (União).

Zerou

A primeira metade de junho não registrou nenhum alerta de desmatamento por garimpos ilegais na terra indígena yanomami, segundo o sistema de monitoramento da PF. O fato inédito mostra, para a corporação, que a crise, que teve seu momento mais agudo no início do ano, está controlada. A PF deflagrou em fevereiro a operação Libertação, junto com as Forças Armadas, Ibama, PRF e órgãos ambientais, após vir à tona a calamidade humanitária na terra indígena.

Invicto

Os números vêm se reduzindo desde o início da operação. Em abril de 2022, foram registrados 444 alertas de desmatamento para garimpo pela ferramenta utilizada pela PF, que se baseia em imagens de satélites. Já em abril de 2023 foram apenas 19 e no mês seguinte, 10. Em junho, não houve nenhum até a última quinta-feira (15).

Visita à Folha 1

O deputado federal Marcos Pollon (PL-MS) esteve no jornal nesta sexta-feira (16). Acompanhavam-no Danyllo Almondes, assessor, e Lucas Rosário, empresário.

Visita à Folha 2

Luiz Eduardo Osorio, diretor-presidente da LTS, esteve no jornal nesta sexta-feira (16). Acompanhavam-no Danilo Fariello e Kiki Moretti, assessores.

Justiça

Ministros de tribunais veem Bolsonaro inelegível e consequência divide opinião

Avaliação é que há tendência desfavorável a ex-mandatário na ação

Matheus Teixeira

Folhapress

Integrantes do STF (Superior Tribunal Federal) e de tribunais superiores acreditam que o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) tornará o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) inelegível no julgamento marcado para a próxima quinta-feira (22). O diagnóstico é o de que há uma tendência desfavorável ao ex-mandatário.

As consequências políticas da eventual inabilitação de Bolsonaro, no entanto, dividem opiniões nos principais tribunais do país. Há uma corrente que entende ser ruim tirar o ex-mandatário de jogo neste momento, porque a decisão anteciparia a disputa presidencial de 2026 e daria força política a um herdeiro do bolsonarismo, que seria o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Ex-ministro de Bolsonaro, Tarcísio é o aliado do ex-presidente com cargo de mais destaque no país. Ele é visto como possível candidato ao Planalto no próximo pleito, embora negue a intenção.

Se há ministros de tribunais superiores apreensivos com o possível fortalecimento do bolsonarismo pelas mãos de Tarcísio, uma leitura diferente tem ganhado força nos bastidores, principalmente após a posse de dois ministros no TSE muito próximos ao presidente da corte, Alexandre de Moraes – o principal algoz dos bolsonaristas no Supremo.

Governador de SP

O empoderamento de Tarcísio é bem visto por parte do Supremo e do TSE. Ele tem boa relação com integrantes da cúpula do Judiciário e é considerado alguém que se distanciou da ofensiva do aliado ao STF e ao TSE. Portanto, embora próximo de Bolsonaro, ele não é encarado como um risco às instituições.

Reprodução



Tribunal Superior Eleitoral julga ação contra o ex-presidente Jair Bolsonaro

A avaliação positiva sobre a postura de Tarcísio não ocorre à toa. Mesmo quando era ministro de Bolsonaro, ele não endossou as afirmações mais belicosas do ex-presidente contra ministros do Judiciário. Pelo contrário. Os elogios que fazia ao Supremo nos bastidores ficaram mais claros após ter sido eleito governador, ganhando vida própria na política.

A proximidade dele com Moraes, ministro responsável pelos inquéritos contra Bolsonaro, ficou exposta na posse de dois novos ministros do TSE no fim de maio. Tarcísio foi convidado pelo magistrado para a cerimônia. No local, eles ficaram, juntamente com o ministro Gilmar Mendes, conversando por mais de 30 minutos em um ambiente público.

A avaliação de juízes é que Moraes será fundamental para o resultado final do julgamento. O ministro é atuante nos bastidores e costuma ter muita influência no rumo que discussões importantes tomam nas sessões do TSE.

Isso ainda foi reforçado com a posse dos ministros André Ramos Tavares e Floriano Marques. Ambos assumiram assentos na corte eleitoral de-

vido às articulações de Moraes e têm relação próxima com ele.

O ministro deve permanecer como figura incontornável para o próximo governo – quem quer que seja eleito. Isso porque, caso siga o rito tradicional, o que ocorre geralmente, ele deverá se tornar presidente do STF no fim de 2027, primeiro ano de mandato do próximo presidente. Assim, o futuro chefe do Executivo terá de conviver por dois anos com Moraes como chefe do Supremo.

Relator

O relator da ação que pode levar à inelegibilidade de Bolsonaro é outro fator que tem pesado na avaliação de que a tendência é pela perda dos direitos políticos do ex-mandatário.

O ministro Benedito Gonçalves, que também pertence ao STJ, tem relação próxima com o presidente Lula e trabalha para ser indicado ao Supremo na vaga de Rosa Weber, que será aberta em outubro.

Ele será o primeiro a votar e a dizer se a ação que analisa se a reunião promovida por Bolsonaro com embaixadores no Palácio da Alvorada, em julho do ano passado, configura abuso de poder político.

Na ocasião, o então mandatário fez acusações contra o sistema eleitoral sem apresentar provas.

O processo foi iniciado a partir de uma representação enviada à corte pelo PDT, partido que compõe a base de apoio de Lula. Se for declarado inelegível, Bolsonaro, 68, não poderá disputar eleições por oito anos – prazo que conta a partir do pleito de 2022.

Benedito Gonçalves apresentou um relatório com todas as providências adotadas no âmbito da investigação eleitoral, incluindo depoimentos de testemunhas.

Ele também mencionou a manifestação da PGE (Procuradoria-Geral Eleitoral), que opinou pela parcial procedência da ação, a fim de que seja declarada a inelegibilidade de Bolsonaro em razão de abuso de poder político e de uso indevido dos meios de comunicação.

A Procuradoria afirmou que distorções e inverdades repetidas pelo ex-presidente na reunião e as insinuações de que a Justiça Eleitoral agiria para beneficiar o candidato adversário influenciaram indevidamente parte do eleitorado a desconfiar do sistema eleitoral.

Investigação

CPMI do 8 de Janeiro ouve ex-diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal

Agência Senado

A CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) do 8 de Janeiro começa sua série de oitivas nesta terça-feira (20), às 9h, com o depoimento do ex-diretor-geral da PRF (Polícia Rodoviária Federal), Silvinei Vasques. O ex-policial será inquirido como testemunha, a partir de requerimento apresentado pela relatora do colegiado, senadora Eliziane Gama (PSD-MA).

Ela quer ouvir explicações acerca das blitz ocorridas em rodovias federais em 30 de outubro de 2022 – dia do segundo turno das eleições majoritárias – principalmente na região Nordeste, que concentra a maior parte dos eleitores do então candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva.

À época, foi noticiado que a PRF estaria interceptando o transporte público. Ainda no dia 30 de outubro, Vasques foi intimado pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) e presidente do TSE

(Tribunal Superior Eleitoral), Alexandre de Moraes, a interromper “imediatamente” as operações da corporação relacionadas ao transporte público de eleitores.

Além disso, Eliziane também quer informações sobre atos ocorridos em dezembro de 2022. Investigado por improbidade administrativa em razão da acusação de pedir votos por meio de rede social para o então presidente Jair Bolsonaro, Vasques se aposentou no final do ano passado. Ele estava à frente da PRF desde abril de 2021.

“Tal como proposto no plano de trabalho apresentado a esta comissão, pretende-se que as nossas atividades se iniciem com a dissecação dos fatos que norteiam importantes datas, consubstanciadas em oitivas e requerimentos de informações, a partir das quais se espera, como natural desdobramento, a investigação dos demais fatos elencados no requerimento que embasou a instauração desta CPMI”,

afirmou a relatora em justificativa.

Requerimentos

Ainda na terça-feira, a CPMI deve analisar 21 requerimentos. Entre eles, a convocação do ex-ministro chefe do GSI, general Marco Edson Gonçalves Dias; do ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Saulo Moura da Cunha; e de Renato Martins Carrijo, perito da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), responsável pela elaboração do laudo sobre o exame do local onde foi encontrado artefato explosivo próximo ao aeroporto de Brasília no dia 24 de dezembro.

Também estão na pauta requerimentos para a requisição ao STF de todos os documentos, processos e inquéritos decorrentes das investigações dos atos ocorridos no dia 8 de janeiro de 2023. Outro requerimento pede que o Ministério Público Federal compartilhe informações referentes aos processos, inquéritos e inves-

tigações que tramitam no STF e nas instâncias inferiores, seja para apurar responsabilidades civis, seja criminais.

Convocados

No dia 13 de junho, a CPMI aprovou a convocação de 36 pessoas, muitas das quais integrantes do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, como o ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal Anderson Torres, o tenente-coronel Mauro Cid (ex-ajudante de ordens do ex-presidente Bolsonaro), o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) Augusto Heleno e o ex-ministro da Defesa Braga Netto.

Também foram aprovados centenas de requerimentos com pedidos de informações e acesso a imagens, como das câmeras de segurança dos palácios do Congresso Nacional, do Planalto e do Supremo Tribunal Federal (STF), edifícios sedes brutalmente atacados em 8 de janeiro.